

# A inclusão das pessoas com necessidades especiais

a u l a

# 9

## OBJETIVOS

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- Conhecer o significado da inclusão das pessoas com necessidades especiais.
- Conceituar inclusão.
- Entender as implicações da inclusão no contexto social educacional.

Há algum tempo, seria considerado ilusão se pensar, discutir e tentar estruturar formas efetivas para viabilizar a inclusão de pessoas, com ou sem necessidades especiais, na escola e na sociedade.

Conforme você viu nas Aulas 2, 3 e 4, o século passado foi marcado pela criação de instituições especializadas. A iniciativa na direção da escolarização do deficiente, na época, era fruto, principalmente, da mobilização que as famílias dessas pessoas conseguiam provocar.

Durante quase um século, a escolarização do deficiente foi separada dos demais. A sociedade, neste período, conviveu de forma pacífica com as pessoas com necessidades especiais desde que elas ficassem segregadas.

A existência de institutos cada vez mais especializados em um tipo de deficiência reforçava a segregação.

O movimento no sentido da integração aconteceu no final da década de 1970, após a explosão da criação de instituições como escolas especiais, centros de reabilitação e oficinas de trabalho protegidas (sob cuidado, orientação e supervisão de alguém especializado).

Este movimento estava baseado no princípio da **NORMALIZAÇÃO**. O deficiente era atendido em instituições especializadas ou em ambientes semelhantes aos que viviam as pessoas. Esses ambientes artificiais eram criados para mantê-los ainda mais segregados.

A segregação sempre marcou a vida do deficiente. Ela se apóia no tripé preconceito, estereótipo e estigma (AMARAL, 1994).

Nas palavras da autora, “o **PRECONCEITO** gera o **ESTEREÓTIPO**, que cristaliza o preconceito, que fortalece o estereótipo que atualiza o preconceito (...) um círculo vicioso (...) e o **ESTIGMA** colabora com essa percepção” (p. 40).

O preconceito é um dos maiores dificultadores do movimento de aproximação das pessoas.

#### **NORMALIZAÇÃO**

É tornar acessível às pessoas socialmente desvalorizadas modelos e condições de vida que sejam semelhantes aos que estão disponíveis às pessoas da sociedade (MANTOAN, 1997).

#### **PRECONCEITO**

São conceitos preexistentes, desvinculados de uma experiência concreta. A matéria-prima do preconceito é o desconhecimento. Preconceito é também derivação de **ATITUDES** frente a um fenômeno.

#### **ATITUDES**

São posturas do corpo, formas de proceder.

#### **ESTEREÓTIPO**

Neste caso, significa um padrão formado de idéias preconcebidas e alimentado pela falta de conhecimento real sobre o assunto em questão. Próximo, portanto, das falsas generalizações e do preconceito (Houaiss, 2001).

#### **ESTIGMA**

É um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo. Um atributo profundamente depreciativo.



Heller (1989), quando discute o assunto, afirma que

o homem predisposto ao preconceito rotula o que tem diante de si e enquadra. (...) Ao fazer isso habitualmente, passa por cima das propriedades do indivíduo (...) o homem predisposto não se deixa impressionar sequer pelas qualidades éticas do indivíduo (p. 57).

No caso das pessoas com necessidades especiais, a deficiência se sobrepõe à pessoa e ela deixa de ser considerada possuidora de qualidades, atributos e defeitos próprios da natureza humana e passa a ser simplesmente um deficiente ou um aleijado, desprovido de possibilidades e potencialidades.

No final dos anos 80, a tentativa de integração estava baseada no princípio predominante da Educação Especial – o *MAINSTREAMING* –, que significa levar os alunos para serviços educacionais disponíveis na comunidade.

Esses serviços poderiam ser em classes regulares e/ou em aulas de disciplinas como Artes, Educação Física, Música ou atividades extracurriculares.

#### **MAINSTREAMING**

Significa “corrente principal” e seu sentido é semelhante a de um canal educativo geral que traz todo tipo de aluno com ou sem capacidade ou necessidade específica (MANTOAN, 1997 a).

Na literatura da Educação Especial, este termo é usado, na maioria das vezes, sem tradução no sentido dos objetivos integracionistas.

A crítica que se faz a essa forma de integração é que o aluno não pertencia a nenhum grupo, nenhuma turma e se tratava de uma simples colocação física de deficiente em várias salas. Era um movimento no sentido de tirá-los das instituições (SASSAKI, 1997).

No início da década de 1990, as críticas feitas eram de que essa forma de integração inseria o deficiente desde que ele estivesse preparado para superar os vários tipos de barreiras que enfrentaria.

Apenas o deficiente deveria se esforçar para obter sucesso. A sociedade, neste modelo, fazia muito pouco ou quase nada em termos de mudanças de atitudes, adaptações físicas e práticas menos segregativas.

Esta é a principal diferença entre integração e inclusão.

Enquanto na integração a pessoa deficiente era preparada para viver com os outros na sociedade, na inclusão, a sociedade precisa se modificar para receber a pessoa com necessidades especiais para que ela possa se desenvolver.

Ao estruturar um novo modelo de relações, deve-se pensar no preconceito. Agora, há urgência em desmontá-lo, pois

a atitude de preconceito está na direção oposta do que se quer para a existência de uma sociedade democrática e plural. As relações entre os indivíduos devem estar sustentadas por atitudes de respeito mútuo. O respeito traduz-se pela valorização de cada indivíduo em sua singularidade, nas características que o constituem. [...] O respeito mútuo tem sua significação ampliada no conceito de solidariedade (BRASIL, 2001, p. 10).

Deve-se lembrar que o principal marco deste movimento foi a Declaração de Salamanca (1994), que proclamava, entre outras coisas, o direito de todos à educação; o respeito às características individuais, aos interesses, às capacidades, às necessidades e a indicação de que a escola regular, com orientação integradora, é o meio mais eficaz de combater as atitudes discriminatórias.

Para compreender a dimensão da inclusão das pessoas com necessidades especiais na escola e na sociedade, exploraremos dois grupos de definições no cenário nacional e internacional.

A Declaração de Salamanca foi abordada na Aula 5.



## AUTORES NACIONAIS

### MADER

Inclusão é o termo que se encontrou para definir uma sociedade que considera todos os seus membros cidadãos legítimos. Uma sociedade em que há a inclusão é uma sociedade em que existe justiça social, em que cada membro tem seus direitos garantidos e em que sejam aceitas as diferenças entre as pessoas como algo normal (1997, p. 17).

#### GABRIELE MADER

Psicopedagoga, assessora de várias ONGs e coordenadora das Apaes.

### MANTOAN

[...] inclusão questiona não somente as políticas e a organização da Educação Especial e regular, mas também o conceito de integração – *mainstreaming*. A noção de inclusão não é incompatível com a de integração, porém institui a inserção de uma forma mais radical, completa e sistemática (1997 b, p. 121).

#### MARIA TERESA EDLER MANTOAN (1943 – )

Pedagoga especializada em Educação e doutora em Psicologia Educacional, autora dos livros *Ser ou Estar: Eis a Questão – Explicando o Déficit Intelectual* e *A Integração da Pessoa Deficiente: Contribuições para uma Reflexão sobre o Tema*.

Para Mantoan, maior defensora no cenário nacional da inclusão, este conceito se refere à vida social e educativa e todos os alunos devem ser incluídos nas escolas regulares. A escola inclusiva propõe um sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos, estruturado em função dessas necessidades.

### Ross

A inclusão é o processo através do qual a sociedade se adapta para incluir e capacitar as pessoas até então marginalizadas, permitindo a participação social ativa de todos (1998, p. 245).

O autor ainda destaca que os princípios da inclusão são a celebração das diferenças; o direito de pertencer; a valorização da diversidade humana; a contribuição de cada pessoa; o aprendizado cooperativo; a solidariedade humana e a cidadania com qualidade de vida.

## Mazzotta

[...] para viabilizar efetivas mudanças de atitudes no contexto escolar com vistas à inclusão [...] é preciso que se deixe de apenas inferir ou assinalar a existência de preconceito e discriminação negativa na escola e se procure conhecer os principais obstáculos e suas justificativas. Além dos valores e crenças das pessoas envolvidas na Educação Escolar, outros fatores internos como organização, currículo, métodos e recursos [...] são os principais determinantes das condições para a inclusão e não-segregação (1998, p. 51).

O autor considera ainda que a atuação da escola inclusiva exige uma abordagem holística da pessoa com deficiência que possa revelar seu contexto de vida (família, escola e sociedade). A sociedade, para Mazzotta, precisa rever a concepção de pessoa com deficiência e o papel da escola tanto individualmente quanto em grupos organizados, e ressalta que

a inclusão e a integração de qualquer cidadão com necessidades especiais não são condicionadas pelo seu contexto de vida, ou seja, dependem das condições sociais, econômicas e culturais da família e da escola. Dependem, pois, da ação de cada um e de todos nós (MAZZOTTA, 1998, p. 53).

## MASINI

A inclusão requer que se crie uma sociedade que duvida da exclusão [...] onde o princípio fundamental é a valorização da diversidade. Cada pessoa tem uma contribuição a dar [...]. É um problema da sociedade a inclusão, e a solução tem que ser encontrada no sistema social (1999, p. 53).

**ELCIE F.**

**SALZANO MASINI**

Pedagoga, mestre e doutora em Educação e livre-docente em Educação Especial pela USP. Coordenadora de pós-graduação.



## AUTORES INTERNACIONAIS

### FOREST E PEARPOINT

**MARSHA FOREST E  
JACK PEARPOINT**

Membros da Inclusion  
Press Internacional,  
Toronto, Canadá.

Inclusão trata justamente de aprender a viver com o outro. Significa estar com o outro e cuidar uns dos outros. Não quer absolutamente dizer que somos todos iguais. Inclusão celebra, sim, nossa diversidade e diferenças com respeito e gratidão. Quanto maior a nossa diversidade, mais rica a nossa capacidade de criar novas formas de ver o mundo (1997, p. 137).

Os autores canadenses lembram que a inclusão pode parecer simples e de bom senso; no entanto, é complexa. A reação intensa diante da inclusão mostra que ela desafia nossas crenças sobre a humanidade e, segundo eles, “inclusão trata de como nós lidamos com a diversidade, como lidamos com a diferença, como lidamos (ou como evitamos lidar) com nossa moralidade” (1997, p. 138).

### SAINT-LAURENT

**LISE SAINT-LAURENT**

Professora titular da  
Université Laval de  
Quebec, Canadá.

[...] a inclusão não é somente útil para os alunos com necessidades especiais, ela representa também transformação positiva da escola para todos os alunos [...] a inclusão implica toda uma reforma na organização e funcionamento dos serviços destinados aos alunos especiais. O contexto da classe regular transforma-se no lugar central das aprendizagens e do ensino (1997, p. 69-70).

### STAINBACK

**SUSAN E WILLIAM  
STAINBACK**

Professores do College  
of Education Univer-  
sity of Northern de  
Iowa, Estados Unidos.

O objetivo da inclusão nas escolas é criar um mundo em que todas as pessoas se reconheçam e se apoiem mutuamente, e esse objetivo não é atingido por nenhuma falsa imagem de homogeneidade e em nome da inclusão. Ao contrário, precisamos observar cuidadosamente a maneira como as escolas têm caracteristicamente se organizado em torno das diferenças individuais e como desenvolveram outras alternativas (1999, p. 408).

## SAGE

O ensino inclusivo não pode ocorrer espontânea ou prontamente. Entretanto, é um objetivo rumo ao qual todos os sistemas podem dirigir-se. As mudanças que precisam ocorrer para a realização do ensino inclusivo não devem ser vistas apenas como pré-requisitos, mas também como co-requisitos. Não podemos esperar, antecipadamente, ter todos os componentes em seus lugares. Algumas coisas terão que vir com o tempo. As mudanças envolvem muitos níveis do sistema administrativo, incluindo a estrutura do setor central de educação, organização de cada escola e a didática da sala de aula. O papel do diretor é importante [...] e os diferentes níveis do pessoal administrativo estão envolvidos (1999, p. 129).

### DANIEL D. SAGE

Professor emérito da  
Syracuse University,  
Estados Unidos.

## MARIA BOVE

Inclusão diz respeito à inclusão responsável como aquela que se faz com todo o cuidado, desenvolvendo atividades que tragam benefício à criança deficiente, no nível em que ela tem condição de participar, nunca sendo esquecida, nunca permitindo à professora comum o acúmulo de tarefas. A inclusão responsável se faz com profissionais acompanhando a criança, de acordo com a possibilidade dela e seu nível de comprometimento (BOVE *apud* MASINI, 1999, p. 54).

### MARIA BOVE

Consultora da Escola  
Perkins para Cegos.  
Ministra cursos em  
vários países, inclusive  
no Brasil.

Este conceito levanta, segundo Masini, expectativas importantes como:

É importante que cada um conheça os seus próprios limites, tanto pessoais como de formação, e saiba no que pode contribuir para a inclusão da criança deficiente.

É necessário examinar as condições e os limites das escolas públicas.

É preciso analisar as formas possíveis para que a inclusão se realize em benefício da criança deficiente.

É importante que os projetos educacionais se façam numa constante dialética teoria/prática. Em permanente avaliação do que ocorre com a criança deficiente.

Além de todos os aspectos abordados pelos teóricos, a inclusão escolar, por ser uma nova dimensão de educação, tem diferentes implicações.



## ÂMBITO POLÍTICO

Diz respeito à concentração de esforços no sentido de redimensionar as políticas, diretrizes e planos escolares. Estes repercutirão nos recursos humanos, financeiros e materiais disponíveis.

## ÂMBITO DOS RECURSOS HUMANOS

A escola deve levar os professores a se aperfeiçoarem, uma vez que deverão ser novos os procedimentos adotados na escola inclusiva.

A direção da escola deverá, nesse contexto, se atualizar e ser a facilitadora do processo.

## ÂMBITO PEDAGÓGICO

Ao contrário dos modelos clínico e psicológico (que mantinham o foco de atenção no que o aluno não apresentava e que exerciam a prática da classificação, rotulação e segregação), na escola inclusiva este foco é educacional.

## CONCLUSÃO

A inclusão exige que o convívio com pessoas com necessidades especiais seja feito baseado no respeito ao outro, na solidariedade, na vontade de ajudar e no desafio para buscar novos caminhos para fazê-lo.

### RESUMO

A segregação escolar e social, marcas do início do século XX, evoluiu para um novo modelo de escolarização, aquele que tem como desafio principal acolher e atender todos os alunos, independentemente de suas necessidades, fazendo isso com cuidado, disponibilidade e competência.

## EXERCÍCIOS

- 1) Qual a diferença entre integração e inclusão?
- 2) De todas as definições e considerações acerca da inclusão, nos cenários nacional e internacional, qual a que lhe parece mais completa?
- 3) Liste os principais aspectos que, para você, são obstáculos à inclusão na sociedade.
- 4) A inclusão escolar requer mudanças, novas posturas, outras formas de relação professor-aluno, outro projeto pedagógico e outro foco de atenção. Quais são eles na sua opinião?
- 5) Como as pessoas da sua escola se posicionam diante da inclusão? Procure elaborar o cenário que retrata isso, com base nas respostas que você deu para as perguntas acima. Depois discuta o exercício com seus colegas.

Se você concluiu os exercícios anteriores sem dificuldade, está apto a passar para o próximo assunto.

## INFORMAÇÃO SOBRE A PRÓXIMA AULA

A seguir, o tema será prevenção.